

NOTAS E INFORMAÇÕES

O novo curso



As declarações feitas pela ministra Zélia Cardoso de Mello em Nagoya, reconhecendo que o combate à inflação deverá ser gradual, pois o tratamento do processo inflacionário brasileiro demanda paciência e tratamento diferenciado, abrem nova fase no relacionamento do governo Collor de Mello com a sociedade brasileira e com a comunidade internacional. Pouco mais de um ano depois de sua posse e de haver anunciado que o tigre da inflação seria abatido com um só tiro, o presidente da República — pelo que se infere das afirmações da czarina da Economia — muda abruptamente de direção, enquanto a ministra deixa entrever que o relacionamento com o Fundo Monetário Internacional será proceloso, as dificuldades estendendo-se também às relações com o Clube de Paris. Tirando-se das declarações em apreço as inferências possíveis, pode afirmar-se que o aporte de capitais públicos corre o risco de ser prejudicado, da mesma maneira que a chegada de capitais privados. Em outras palavras, a ministra Zélia Cardoso de Mello parece ter fechado portas, ao pretender conquistar a adesão de pessoas acostumadas a decidir sobre números, invocando as peculiaridades do processo brasileiro — de todos conhecidas, aliás.

Espanta ver como a “Irmandade da Economia” pode mudar de rumo sem se preocupar com explicar à sociedade brasileira que coisas estiveram erradas no receituário aplicado ou, o

que é pior, no diagnóstico. A rigor, foi a avaliação da situação brasileira feita pela “Irmandade da Economia” antes de assumir o poder que não se coadunou com a realidade brasileira. Isso para não entrar no mérito das decisões adotadas com o Plano Brasil Novo, objeto de acerbos críticas quanto à sua consistência teórico-prática, as quais acabaram revelando-se corretas com a edição do Plano Collor 2. Queremos dizer que o Brasil foi tratado de fato como um ser de laboratório; que as medidas econômicas adotadas em março de 1990 foram inspiradas por uma maldisfarçada hostilidade ao capital e aos empresários, que se partiu do pressuposto — errado — de que bastaria o chefe de governo dizer que tivera 35 milhões de votos para que a realidade se transfigurasse — como se estivessemos diante de novo Moisés, abrindo as águas para que o novo povo eleito (os descamisados) chegasse à Terra prometida.

Uma avaliação de conjuntura malfeita — ou o diagnóstico errado de uma situação histórica — tem graves resultados, talvez não para quem a faz, mas seguramente para aqueles que dela sofrem as consequências. Se a posição humilde que agora se adota diante da pressão avassaladora da comunidade financeira internacional, especialmente dos governos integrantes do

Grupo dos Sete, tivesse sido a guia e inspiradora da política do governo Collor de Mello no início do mandato, teria sido evitado que empresários e pequenos poupadores perdessem a fé no governo, com repercussões sobre a economia brasileira que se farão sentir dentro de meses, senão de dois anos no mínimo, com a queda do nível de investimentos produtivos. Da mesma forma, não se teria sujeitado o governo, e por extensão os nacionais brasileiros no Exterior, a situações constrangedoras. Nem se teria perdido tanto tempo para negociar o acordo sobre o pagamento dos juros atrasados com os credores privados, criando zonas de atrito e antagonismos pessoais. Sobre tudo, teria sido evitado que o País sofresse as consequências de uma situação certamente fundada apenas no direito do mais forte (o mais rico, no caso), a qual se traduziu no veto dos Estados Unidos e de outros países a um empréstimo do BID ao Brasil.

Durante meses, insistiu-se no predomínio da vontade como condutora do processo, para ao fim de tudo reconhecer-se que o Brasil, por ser diferente do Primeiro Mundo, deve ser avaliado por suas diferenças e não pelas declarações de intenções que seus governantes fazem. Uma *volte face* dessas, feita no Exterior, é significati-

va do clima em que vive hoje o governo brasileiro.

Há, com certeza, razões de peso a determinar mudança tão significativa de estratégia por parte da “Irmandade da Economia”. Não é apenas a inércia com que o passado “cartorial” diminui a velocidade de transformação da economia brasileira que obriga a ministra da Economia a admitir que as coisas mudaram. Para isso, deve ter contribuído a tomada de consciência de que o governo Collor de Mello, com um ano de mandato, ainda não descobriu os meios e as formas de dominar a máquina estatal, de maneira a poder cumprir suas promessas eleitorais. Deve ter ajudado a aguda sensação de que, malgrado tudo que se tem falado do Judiciário, ele ainda é capaz de obstar ações daqueles que, no Executivo, imaginam poder governar acima e às vezes contra a lei. Sobre tudo, a amarga certeza de que há interesses conflitantes no seio do Executivo, os quais impedem que a luta contra a oligarquia, cujas raízes mergulham fundo na história brasileira, seja travada como deve ser.

Há uma mudança qualitativa no processo político e econômico brasileiro. Esperamos que o presidente Collor de Mello tenha aprendido as lições desses 13 meses e não pretenda, para conquistar setores do Congresso, entregar-se a políticas desenvolvimentistas que só podem deitar tudo a perder.